

P. 25/2015

----- CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS
RODOVIÁRIOS – GASÓLEO. -----

----- No dia quatro de Junho de dois mil e quinze, no edifício dos Paços do
Concelho, eu Artur Ferreira Gonçalves, na qualidade de Oficial Público da Câmara
Municipal de Tondela, reduzo a escrito o presente contrato com os seguintes
outorgantes:-----

-----PRIMEIRO-----

----- José António Gomes de Jesus, casado, natural e residente na Freguesia e
Concelho de Tondela, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Tondela,
outorgando em representação do Município de Tondela com o NIPC 506 822 680,
por força do disposto na alínea f) do número 2 do artigo 35.º, da Lei número
75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----SEGUNDO-----

----- Gilda Sofia Glórias Caeiro, casada, natural da Freguesia de S. Bartolomeu,
Concelho de Vila Viçosa e residente na Freguesia da Gafanha da Nazaré, Concelho
de Ílhavo, com o cartão de cidadão número 12092716, válido até 09/09/2018,
emitido pela República Portuguesa, com o NIF 227 181 441, com poderes para
outorgar na qualidade de Procuradora e em representação da Sociedade Anónima
Mondefin Combustíveis, S.A., com o NIPC 504 706 365, com sede na Zona
Industrial de Oliveira de Frades, Freguesia e Concelho de Oliveira de Frades,
conforme verifiquei por Certidão Permanente do Contrato de Sociedade subscrita
em cinco de Novembro de dois mil e catorze e por Procuração datada de vinte e um
de Maio de dois mil e quinze, que arquivo respetivamente sob os números um e dois.

----- Verifiquei a identidade do primeiro outorgante pelo conhecimento pessoal
que dele tenho, bem como dos poderes que legitimam a sua intervenção neste ato e a

do segundo outorgante pela exibição do mencionado documento de identificação. ---

----- Pelo primeiro outorgante foi dito que por despacho da Senhora Vereadora Carla Antunes, datado de 20/05/2015, que arquivo sob o número três, foi manifestada a intenção de adjudicar e formalizada em 21/05/2015, à firma aqui representada pelo segundo outorgante na invocada qualidade, e após procedimento por Ajuste Direto, a aquisição de combustíveis rodoviários – gasóleo, de acordo com a sua proposta e proposta de desconto unitário datada de 19/05/2015, que arquivo sob o número quatro. -----

----- A minuta deste contrato foi aprovada por despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de 21-05-2015, que arquivo sob o número cinco. -----

----- O valor da presente adjudicação é de sessenta e um mil trinta e quatro euros e vinte e quatro cêntimos, mais o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor. -----

----- Este contrato tem um prazo de duzentos e catorze dias, podendo ser prorrogado ou antecipado até se atingir o montante do valor adjudicado. -----

----- Este contrato tem por objeto a aquisição de combustíveis rodoviários – gasóleo, em regime de funcionamento contínuo. -----

----- São obrigações principais do fornecedor as constantes da cláusula 4ª do Caderno de Encargos, que arquivo sob o número seis. -----

----- Que o pagamento deve ser efetuado no prazo de sessenta dias. -----

----- Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar por escrito, os respetivos fundamentos ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder á emissão de nova fatura corrigida. -----

----- Sem prejuízo de outros fundamentos previstos na lei, a entidade adjudicante

pode resolver o presente contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem. -----

----- O direito de resolução referido no parágrafo anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante. -----

----- Que na parte não especialmente prevista neste Contrato e Caderno de Encargos, se aplicarão as normas legais reguladoras do regime jurídico de Fornecimentos de Obras Públicas, aprovadas pelo Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

----- Pelo segundo outorgante foi dito que aceita para a firma que aqui representa, a presente adjudicação com todas as obrigações que deste Contrato emergem, pela forma como fica exarado e documentos que dele fazem parte integrante e atrás mencionados, renunciando a todo o benefício ou direito que de qualquer modo as possa limitar, restringir ou anular. -----

----- O encargo total deste contrato incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal de vinte e três por cento, no montante de catorze mil trinta e sete euros e oitenta e oito cêntimos, é de setenta e cinco mil setenta e dois euros e doze cêntimos. -----

----- Foram também apresentados pelo segundo outorgante e juntos a este processo, os seguintes documentos: -----

----- Documento número sete: Certidão validada via internet e emitida em dezasseis de Abril de dois mil e quinze pelo Serviço de Finanças de Oliveira de Frades, comprovativa de que tem a sua situação tributária regularizada. -----

----- Documento número oito: Declaração emitida em dez de Março de dois mil e quinze pelo Centro Distrital da Segurança Social de Viseu, comprovativa de que tem

a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social. -----

----- Nos termos do número 2 do artigo 88º do C.C.P., é dispensada a apresentação de caução. -----

----- O encargo total deste contrato será satisfeito pelo capítulo 02-01-02-02, conforme Orçamento aprovado em Câmara e Assembleia Municipais para o corrente ano. -----

----- O compromisso de verba tem o número sequencial 17004/2015, datado de 26/05/2015. -----

----- Mais se consigna nos termos do disposto no Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, que este fornecimento terá execução no corrente ano e seguinte.-----

----- Assim o disseram.-----

-----O Primeiro Outorgante: _____

-----O Segundo Outorgante: _____

-----O Oficial Público: _____

